

CLASSES E ESTADO

Democracia e Ditadura¹

(Subsídio para a discussão do Programa)

Ernesto Martins²

1. O marxismo tem e propaga uma concepção bem clara sobre o conteúdo da democracia como forma de governo. Lênin, em "O Estado e a Revolução", já chamou a atenção para o fato de que:

*"Democracia não é sinônimo de submissão da minoria à maioria. Democracia é **Estado** que reconhece a submissão da minoria à maioria, quer dizer, uma organização criada para a aplicação sistemática da violência de uma classe contra outra, de uma parte da população contra outra".*

Quando Lênin ressalta que democracia é uma forma de Estado, ele pretende lembrar a concepção de Estado que o marxismo criou desde o seu surgimento, como instrumento de domínio de classe. Na sociedade burguesa toma um caráter específico:

"Na medida em que o progresso da indústria moderna desenvolve e aprofunda a contradição de classe entre capital e trabalho, nesta medida o poder estatal adquiriu mais e mais o caráter de uma força pública para a opressão da classe operária, tornou-se uma máquina de domínio de classe. Após cada revolução que assinalava um progresso da luta de classe, o caráter puramente repressivo do poder estatal torna-se mais nítido, mais evidente". (Marx - "A Guerra Civil na França").

A república democrática, entretanto, não é meramente uma das formas de governo da burguesia, mas sim a forma mais adaptada ao domínio da burguesia. Novamente Lênin lembra que:

"O tipo mais avançado, mais perfeito de estado burguês é a república democrática parlamentar. O poder pertence ao Parlamento; a máquina de Estado, o Estado e os órgãos de administração são os habituais: Exército permanente, Polícia, e um funcionalismo público acima do povo, privilegiado e praticamente inamovível". (Lênin - "As Tarefas do Proletariado").

É a forma mais perfeita, principalmente por duas razões.

Em primeiro lugar a burguesia manda, em virtude do seu poder econômico, os representantes para o Parlamento, os quais defendem os seus interesses imediatos na legislação. O exercício do poder pelo Parlamento significa, portanto, o exercício direto do poder pela burguesia. A democracia parlamentar burguesa significa, portanto, a **ditadura direta** da burguesia, que não precisa de intermediários para governar.

Em segundo lugar, o sistema democrático, e suas regras de jogo parlamentar, tem a vantagem de que essa ditadura não apareça abertamente, mas seja exercido de um modo **velado**. As eleições, os debates parlamentares, etc... escondem do grande público o caráter de classe do Estado. Diminuem os pontos de atrito criados pela

¹ Escrito por Eric Sachs em 1967, por ocasião das discussões em torno da elaboração de um "Programa Socialista para o Brasil". Circulou entre militantes da esquerda revolucionária, em edição mimeografada, como documento interno da organização Política Operária. Esta versão foi digitalizada e revisada em set/2007, com base na coletânea "Andar com os Próprios Pés", Belo Horizonte, SEGRAC. 1994.

² "Ernesto Martins" foi um dos pseudônimos utilizado por Eric Sachs em seus escritos políticos, antes e durante a ditadura militar.

ditadura da classe dominante. Permitem mudanças de governo, sem arriscar o sistema de governo.

Além de guardar as aparências, as regras de jogo da democracia burguesa oferecem ainda outros recursos à classe dominante. A habitual divisão do órgão legislativo em duas câmaras (Câmara e Senado, por exemplo), dificulta que uma assembleia, dependente do voto popular possa, sob pressão externa, criar fatos consumados e adotar leis contrárias aos interesses da classe dominante. O mesmo propósito tem a costumeira divisão em três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais, em suas diversas variantes, asseguram o funcionamento da **ditadura velada, mas direta**, da burguesia na república democrática.

Finalmente, a classe dominante tem mais garantias para os momentos de crise e de convulsões sociais, quando a democracia não mais serve aos seus fins imediatos. A máquina estatal, o Exército, a Polícia, a burocracia, permitem a ela abandonar as aparências e escolher o caminho da ditadura militar.

2. Essa concepção do caráter do Estado e, implicitamente, da democracia, tinha sido abandonada pelo movimento socialista depois da morte de Marx e Engels. A conquista dos direitos democráticos pelos trabalhadores, isto é, o direito de voto, de reunião, de greve, do dia de trabalho de oito horas e outros, que caracterizou a luta de classe do fim do século passado e no início deste, fez com que o movimento se contentasse com essas reformas da sociedade burguesa, perdendo de vista os objetivos socialistas da luta. A agitação em torno dos direitos democráticos dos trabalhadores transformou-se em argumentação vulgar em torno da democracia em si. O problema se tornou agudo para o proletariado mundial quando a Revolução Socialista Russa colocou a questão do poder. Foi neste momento que se deu a cisão orgânica entre reformistas e revolucionários. Os reformistas, negando ou escondendo, por motivos "táticos", o caráter de classe da democracia burguesa, pretendiam "conquistar" e "reformular" o Estado democrático para chegar pacificamente ao socialismo. Os revolucionários, os leninistas, ao contrário, desmascaravam a democracia como ditadura de classe, lembrando aos operários que, para tomar o poder, a revolução socialista tinha de **quebrar** a máquina estatal burguesa e construir a sua própria.

Isso não quer dizer que a forma sob a qual a burguesia exercia seu domínio era indiferente para o proletariado. Lênin lembrou que:

"Se Engels diz que o Estado na República democrática não é menos 'instrumento de opressão de uma classe pela outra' do que na Monarquia, isto não significa que o proletariado seja indiferente à forma de opressão... Uma forma mais ampla, mais livre, mais aberta de luta de classes e de opressão de classe, representa para o proletariado imensas facilidades na luta pela superação das classes em geral".

Quando Lênin escreveu esta análise, em 1917, em "O Estado e a Revolução", começou a obra dizendo que a tarefa dos marxistas, naquela época, era "desenterrar" as concepções de Marx e de Engels sobre o Estado — uma das pedras angulares da teoria revolucionária. Hoje, cinquenta anos depois, a situação não é muito diferente no Brasil. Para nossa geração de revolucionários e, conseqüentemente, para o proletariado em geral, temos de certo modo de repetir o trabalho de Lênin. Temos de dar este passo atrás, se quisermos compreender o desenvolvimento que o Estado burguês tomou desde então.

3. Quando os recursos da democracia burguesa não garantem mais a ordem existente e os privilégios das classes dominantes, estas escolhem o caminho da ditadura aberta. Com a revolução russa, e em conseqüência das profundas crises econômicas entre as duas guerras, a destruição das instituições democráticas burguesas se

tornou corrente nos países industriais desenvolvidos. Hoje o processo se repete, embora comece na periferia do mundo capitalista, no seu elo mais fraco, nos chamados países subdesenvolvidos. Para compreender o fenômeno da ditadura aberta da burguesia, dispomos de uma experiência histórica realizada pela burguesia francesa e já analisada por Marx em "*O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte*".

O bonapartismo surgiu no século passado com o regime dos dois Bonapartes, principalmente o segundo — Luiz Bonaparte. O seu traço destacado é se tratar de uma ditadura **aparentemente** acima das classes. "*O desfecho da luta parece indicar que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente caladas, se inclinam perante a culatra*" - diz Marx sobre a vitória do sobrinho de Napoleão. Todo regime, todavia, tem uma base de classe e todo regime serve a uma classe. A base de sustentação de classe do bonapartismo é o pequeno camponês conservador. É a contradição entre o campo e a cidade que dá ao Executivo a aparente independência. O apoio de Bonaparte, todavia, não se limita ao campo. Nas cidades organiza a sua "Sociedade de 10 de dezembro" composta de mercenários, **lumpen-proletários** e demais elementos da sociedade burguesa, que representam o seu exército particular, quando não dispõe oficialmente do Exército burguês. A quem serve, entretanto, a ditadura bonapartista? Ela serve à cúpula das classes dominantes, à "aristocracia financeira" — como Marx chama o capital bancário da época — esfera onde se encontram e se chocam os interesses da grande indústria com os dos grandes proprietários de terra aburguesados. Trata-se, justamente, daquelas facções da classe dominante francesa que não conseguiram mais governar por meios parlamentares. Ameaçados por nova crise econômica, entregaram a Luiz Bonaparte o poder em troca da repressão aberta contra as massas populares. Na medida em que essa cúpula das classes dominantes sacrificava os seus partidos políticos e seus representantes parlamentares, concordando com a anulação dos poderes do Legislativo, elas se privaram dos instrumentos imediatos do seu poder. O Executivo não dependia mais do voto dos representantes burgueses para promulgar leis, para governar de fato. A ditadura, apesar de ser exercida abertamente, não foi exercida diretamente pela classe dominante, e sim, por um Executivo que não precisava mais levar em conta os interesses imediatos e particulares das duas facções e podia se concentrar na tarefa da conservação do regime de exploração em si. Na prática, naturalmente, atendia melhor às facções mais poderosas da burguesia, deixando em segundo lugar as partes mais fracas que não tinham meios de se fazer ouvir ou de corromper o Estado. Desse modo, o bonapartismo entrou na história como ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, num momento em que o proletariado, apesar de assustar e intimidar a classe dominante, ainda não representava uma ameaça real à existência da sociedade. Caracteriza uma época de início do domínio burguês. Essa característica ficou comum ao bonapartismo até hoje, apesar de todas as mudanças que possa ter sofrido com o decorrer do tempo. De Luiz Bonaparte até Nasser, o fenômeno da ditadura bonapartista se deu em sociedades em que o proletariado ainda não tinha colocado a questão do poder. Nos países em que o proletariado já se formara como classe independente, sob bandeira própria, a burguesia tinha que apelar para métodos mais radicais.

4. Nos países capitalistas desenvolvidos, a ditadura aberta da burguesia deu-se sob a forma do fascismo. Trata-se de uma continuação da experiência bonapartista em condições já mudadas. A ditadura fascista surge como reação direta ao movimento político e sindical da classe operária — geralmente às tentativas fracassadas de revolução proletária, ou como reação às decepções de uma prolongada prática reformista. A sustentação de classe do fascismo não provém mais do campo (embora tenha o apoio dos grandes proprietários de terra) e sim da pequena-

burguesia da cidade. Trata-se de uma pequena-burguesia radicalizada, ameaçada em sua existência material e que vai para a direita em virtude da fraqueza do movimento operário. É ela que fornece as milícias fascistas, que procuram conquistar a praça pública e eliminar os adversários pelo terror. É igualmente a pequena-burguesia que fornece a ideologia fascista, uma mistura de nacionalismo, anticapitalismo popular e um messianismo misticista. Para o dinamismo do movimento fascista, a ideologia toma um lugar muito mais importante do que em qualquer outra reação anterior. Pois o fascismo procura justamente evitar aparecer como reação e se apresenta sob formas dinâmicas e "revolucionárias". É em nome desse movimento ideológico que tenta não só absorver os sindicatos operários, mas igualmente o Exército, a Igreja, a burocracia estatal, etc. Reflete a pré-disposição da pequena-burguesia de se considerar representante da nação inteira, acima das classes. Quando esse radicalismo pequeno-burguês se torna incômodo para a ditadura fascista já estabelecida, provoca choques internos, nos quais as alas mais extremistas são geralmente suprimidas com o mesmo terror que até aí foi usado contra a esquerda. Pois em todos os países onde a classe média levou o fascismo ao poder, ela se tornou em seguida vítima econômica e política de um sistema que estava a serviço da grande burguesia. Também a ditadura fascista priva a burguesia dos instrumentos diretos de governo, como partidos, Parlamento etc. Nesse sentido, preenche a mesma função que o bonapartismo já teve no passado. Agora, porém, já se trata de uma burguesia diferente, tratam-se dos expoentes do capital financeiro e dos grandes monopólios, da época do imperialismo. Não é por acaso que o fascismo surgiu numa época em que as contradições inter-imperialistas foram mais agudas. Não resolveu nenhum dos problemas da sociedade burguesa e sua única saída foi a guerra. A perda desta guerra comprometeu temporariamente o fascismo perante as burguesias do mundo. Todavia, não quer dizer que já esteja desatualizado como ameaça ao proletariado.

5. Movimentos como o bonapartismo e o fascismo precisam de tempo e condições apropriadas para amadurecerem. O recurso imediato da classe dominante ainda é a simples ditadura militar - bastante popular entre nós da América Latina. Como instrumentos de governo à longo prazo, não corresponde propriamente aos anseios da burguesia. Nos países de ditadura militar prolongada geralmente não é a burguesia que domina, e sim as velhas oligarquias do campo. Para estas, o sistema militar não apresenta problemas. Trata-se simplesmente de reprimir e evitar mudanças. Diferente é a situação nos países industrializados, ou mesmo em fase de industrialização, com uma vida social mais complexa. Os problemas da sociedade capitalista moderna são demais para uma ditadura militar, com seu imobilismo, conservadorismo e seu código de continências. Embora o militarismo crescente seja um traço característico de qualquer país capitalista, a burguesia prefere as forças armadas como "reserva estratégica" governamental. Não é sempre, todavia, que a burguesia consegue impor as suas preferências, pois a escolha do instrumento de repressão das massas não depende somente da vontade subjetiva da classe dominante.

6. As formas que a ditadura aberta da burguesia, ou da coligação das classes dominantes costuma tomar, diferem entre si. Bonapartismo, fascismo ou a própria ditadura militar, dependem do grau de desenvolvimento da sociedade burguesa, das relações de classe existente em cada país. Na prática, os diferentes sistemas não se apresentam em formas puras, mas tomam emprestados mutuamente seus métodos de governo. Engels, no século passado, já falou de traços bonapartistas do governo Bismark - embora as origens e o conteúdo da monarquia prussiana fossem feudal-militarista. Se hoje falamos do fascismo espanhol, deve-se isto mais à conjuntura internacional na qual surgiu do que ao seu conteúdo de classe. Queremos lembrar que o movimento fascista espanhol, a Falange, tem um papel

completamente secundário no regime de Franco, que se apóia nas forças conservadoras daquele país. E finalmente, mesmo as ditaduras militares latino-americanas, que melhor conhecemos, não podem mais se satisfazer com o tradicional paternalismo com o qual tentaram fundamentar a sua legitimidade no passado, e procuram armas ideológicas mais agressivas, tomadas de empréstimo a sistemas mais dinâmicos.

Apesar das diferenças existentes entre as diversas formas de ditadura aberta, elas têm um traço comum: Tratam-se de **ditaduras abertas, mas indiretas da burguesia**. Seja por imaturidade ou por senilidade, a burguesia entrega os negócios do Estado a um "governo forte", a um Executivo com aparente independência para *"conservar as condições gerais do modo de produção capitalista contra os excessos dos operários, como também de capitalistas individuais"*. (Engels).

7. No Brasil, o aguçamento das lutas de classe reproduziu, num espaço de tempo relativamente curto, quase todas as experiências de governos burgueses, feitas em escala internacional. Quebrada a tradição dos governos oligárquicos, com a Revolução de 1930, o caminho estava aberto para a burguesia da cidade exercer seu poder político. A brecha criada pela revolução, todavia, não pôde ser aproveitada ainda pelas forças burguesas não desenvolvidas, temerosas de aprofundar o processo revolucionário e que, após alguns anos de indefinição, entregaram o poder a Getúlio Vargas.

a) A ditadura de Vargas representa a fase bonapartista da burguesia brasileira. Vargas serviu a uma coligação de interesses entre a burguesia e o latifúndio, numa aliança em que as forças da cidade aumentavam constantemente o seu peso, em virtude do aumento do seu papel na economia nacional. Vargas serviu diretamente à burguesia brasileira, iniciando a fase de industrialização de cima para baixo, dando-lhe tempo e meios de aburguesamento, de adaptação às novas circunstâncias econômicas.

O bonapartismo de Vargas tinha uma característica particular, que o diferenciava dos seus precedentes clássicos. Ele não se apoiava num campesinato de pequenos proprietários, inexistentes nas condições do país. Sua base de massa, que ele criou e que lhe proporcionava um meio de pressão, foi o jovem proletariado de origem camponesa, ainda não consciente do seu papel político e social, conquistado pelo Estado mediante uma legislação trabalhista e isolado pelo terror da influência revolucionária. É evidente que nestas condições desfrutava igualmente, e por muito tempo, do apoio da classe média, que só se tornou opositor no fim da guerra, quando a grande burguesia brasileira, agora mais autoconfiante, exigia formas mais diretas de exercício de poder. O comportamento da classe dominante determinou a atitude do Exército. Sem o apoio das forças armadas, Vargas não poderia ter exercido o poder. Foi, igualmente, o Exército o instrumento de sua deposição, que se deu sem participação popular.

O bonapartismo de Vargas reflete determinada e superada fase no desenvolvimento das lutas de classe no país, o grau de desenvolvimento da burguesia e do proletariado. Quando seu continuador e seu herdeiro, João Goulart, procurou a experiência bonapartista, vinte e cinco anos depois, tornando a usar o proletariado para os seus fins, a burguesia não confiou mais no jogo e procurou outra saída. Jânio, antes dele, não teve mais sorte, embora só ocasional e localmente tenha procurado o apoio do proletariado. Seu fracasso, em parte, devia-se à sua incapacidade de traduzir o apoio da classe média em pressão contra as instituições tradicionais.

b) Igualmente entre nós surgiram as tendências fascistas. Não estamos nos

referindo às características conjunturais tomadas de empréstimo temporariamente pelo Estado Novo. Tivemos um movimento integralista e as tentativas do Clube da Lanterna. Em ambos os casos, as tendências não chegaram a se materializar, por falta de amadurecimento das contradições de classe no país. A pequena-burguesia ainda não estava tão desesperada a ponto de se unir a um movimento de extrema direita. As tendências, todavia, perduram e podem tomar novo vulto, não só no lacerdismo, mas no nacionalismo de direita, alimentado pela política econômica do atual governo.

c) Não é por acaso que a nossa classe dominante não escolheu o parlamentarismo puro e se voltou às tradições presidencialistas quando se deu a redemocratização em 1945 e a elaboração da Constituição em 1946. Os motivos não eram somente de origem histórica e em considerações ao caráter federativo da República. Fato é que a burguesia não se sentia bastante forte para essa experiência. Não governava sozinha. Apesar de ter conquistado a hegemonia na coligação das classes dominantes, ela precisava do apoio do latifúndio em qualquer Casa representativa constituída à base de votos. Era o latifúndio dono, por meio do voto de cabresto, de boa parte do eleitorado brasileiro. Essa influência do campo se fazia sentir mais nas eleições locais que nos pleitos nacionais, pois a burguesia se organizava mais facilmente em escala nacional do que os proprietários de terra. Nessas circunstâncias o presidencialismo se tornava mais uma arma da burguesia para firmar posição frente aos seus aliados do campo. Além disso, o exemplo histórico, a evolução nos Estados Unidos, já tinha mostrado que o presidencialismo se adapta perfeitamente às necessidades de um capitalismo monopolista.

A experiência prática justificou a apreensão da nossa burguesia. Quando, com a posse de João Goulart, tentou-se o parlamentarismo para limitar os tradicionais poderes do Executivo entre nós, o governo ficou paralisado pelo jogo dos interesses contrários e imediatos das diversas facções da classe dominante. A tentativa foi abandonada sem encontrar resistência mais séria.

O que distingue a democracia, como fórmula política reinante no país, dos padrões históricos europeus, é o papel dos grandes proprietários da terra. A revolução burguesa no Brasil passou à superfície das instituições políticas. Em 1930, a burguesia não fez nenhuma tentativa de levar a revolução ao campo, para mudar as relações de propriedade. Traiu sua revolução, deixando-a pela metade. Data de então a sua aversão por qualquer processo revolucionário que colocasse em perigo o princípio da propriedade privada, aversão esta que aumentou e atingiu o auge em consequência da revolução cubana. O caminho escolhido pela burguesia para solucionar o problema agrário no país, o da penetração capitalista no latifúndio, lento e doloroso para as massas rurais, prolonga a sua dependência do campo. Desse modo, a democracia no Brasil, como a conhecemos na fase de após guerra até o golpe militar, **era uma ditadura velada, mas direta da coligação das classes dominantes, na qual a burguesia governava em aliança com o latifúndio.**

d) Essa ditadura da aliança das classes dominantes se tornou aberta com o golpe militar. Burguesia e latifúndio saudaram a ação repressiva das forças armadas, quando seus privilégios e a ordem social existente pareciam ameaçados. Contudo, a atitude subjetiva das duas classes variava. Enquanto a ditadura militar, no momento, não representava maiores problemas para o latifúndio, que queria ver garantido o estado de coisas, os problemas da burguesia eram mais complexos. Embora ela aceitasse a amputação dos instrumentos por intermédio dos quais tinha exercido o governo direto (reunidos na Constituição de 46), e sacrificava os seus representantes diretos, como Jango, Juscelino, Jânio e outros mais, um Executivo que governava à base de coronéis dos IPMs não resolvia os seus problemas. Ela

precisava de um "governo forte" frente às aparições das massas reprimidas, mas para produzir e comerciar numa "normalidade" e "tranqüilidade" que não fossem perturbados pelas decisões arbitrárias de militares em postos executivos na vida econômica e política. Seu ideal ainda representava o governo Dutra, que nos anos agitados de após guerra tinha assegurado a "paz social" ao país.

O fato de o governo Castelo Branco não ter conseguido reproduzir o equilíbrio de forças dos anos de após guerra deve-se às mudanças sociais e políticas ocorridas desde então e que tornaram sempre mais difícil reunir a apaziguar os interesses contraditórios das classes dominantes. A absoluta falta de apoio popular ao regime veda qualquer saída bonapartista que poderia ajudar a superar, pelo menos provisoriamente, a divisão surgida no campo do golpe. A ditadura não conseguiu encontrar um denominador comum para satisfazer as facções da classe dominante. O seu sustentáculo maior é o medo de voltar à agitação e convulsão do fim do governo Goulart.

Apesar disto - ou em virtude disto - o governo Castelo Branco, produto de um golpe militar, conseguiu uma liberdade de ação muito maior em relação às aspirações imediatas das facções da classe dominante do que qualquer outro governo desde o Estado Novo. Exerce esse poder no interesse, real ou pretense, do sistema burguês-capitalista em seu conjunto. Com a impotência dos órgãos representativos do Congresso, somente a cúpula da classe dominante, as grandes indústrias e os monopólios, têm acesso permanente às reuniões governamentais e estão em condições de influir nas suas decisões. Entre outras coisas, a ditadura militar livrou a burguesia da dependência política imediata do latifúndio, cujos votos não pesam na legislação. É essa liberdade de ação do Executivo que permite a ele seguir uma política à longo prazo de consolidação da sociedade exploradora em bases modernas, isto é, uma política de concentração de capitais, de racionalização da indústria e do fortalecimento dos monopólios, que está ligada ao nome de Roberto Campos. É esse processo, seguido conscientemente de cima para baixo, no interesse dos grandes monopólios, que cria atritos no seio da própria burguesia, vítima da concentração de capitais. É esse processo que alimenta a oposição burguesa, na medida em que ela existe. Ela não se dirige contra o sistema implantado pelo golpe, nem contra a ditadura em si, mas contra a política econômica diária, que leva em conta insuficientemente as necessidades imediatas. A burguesia não procura absolvição pelo pecado do golpe, nem visa uma volta ao passado. Aceita o fato consumado da ditadura aberta e indireta, mas deseja vê-la exercida de modo mais flexível frente às suas necessidades econômicas e financeiras imediatas.

e) Nas condições concretas do país, o processo de centralização de capitais que fortalece os grupos monopolistas mais fortes, tem de favorecer forçosamente o capital imperialista. Isso fez com que nas análises políticas e econômicas o governo militar tenha sido caracterizado simplesmente como "pró-imperialista". Embora esta terminologia tenha sua justificação polêmica, não devemos nos enganar quanto ao caráter de classe do Estado brasileiro. As suas bases de classe se encontram no país. A política nacional, em última instância, é feita aqui. Mesmo quando as decisões políticas e econômicas estão sendo tomadas no exterior, elas só se realizam quando aceitas e endossadas por autoridades nacionais. O Estado, o governo, são expoentes das classes existentes no país - concretamente, são sustentáculos e instrumentos da nossa classe dominante. A influência do imperialismo no país, as posições que conquistou, devem-se unicamente às atitudes da nossa burguesia, que lhe abriu as portas, que diariamente clama pela vinda de capitais estrangeiros e que está associada ao imperialismo mundial, especialmente ao norte-americano. O imperialismo não tem outro meio de influir na política interna do país além dessa associação. Não somos colônia, nem país ocupado. Se o Exército se torna "apêndice

do norte-americano", isto reflete meramente a atitude da nossa classe dominante e do seu Estado.

A burguesia brasileira, quando endossou o golpe militar, desistiu da tentativa de conseguir concessões do imperialismo mediante uma política populista, de aproveitamento da pressão das massas. Ao contrário, pediu o apoio imperialista para restabelecer a "paz social" e a repressão ao movimento de massas. Pediu agora as concessões do imperialismo para garantir a "ordem" existente. Nessa **cooperação antagônica**, estabelecida entre o imperialismo e a burguesia nacional, há e haverá pontos de atrito sobre a divisão dos despejos. Mas querer ver na oposição dos bancos à política creditícia do governo uma "reação anti-imperialista" da burguesia brasileira, ou na posição de Ademar de Barros um reflexo de "nacionalismo" da indústria paulista, é mostrar não ter aprendido nada das derrotas do passado. Derrotas que, não em última instância, se devem à incapacidade das esquerdas de analisar e julgar o caráter de classe do Estado brasileiro.

(1967)

∞ ∞ ∞ ∞ ∞ ∞ ∞ ∞ ∞ ∞